

## Cimi mostra na Suíça a situação do índio

A situação dramática dos povos indígenas do Brasil, especialmente a dos índios Tapirapé e dos Nambikwara, será levada pelo secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Suess, à Conferência das Organizações não Governamentais sobre as Populações Indígenas e a Terra, a se realizar de 14 a 18 próximo, em Genebra, Suíça, numa promoção do Comitê sobre Racismo, Discriminação Racial, Apartheid e Descolonização, órgão da Organização das Nações Unidas.

Ontem, em Golânia, o Cimi reuniu a imprensa para distribuir os documentos "Os povos indígenas e a situação das suas terras no Brasil", do próprio Conselho, e "Direitos dos povos indígenas e da Igreja", elaborado pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que serão levados para o encontro de Genebra. Segundo o representante do Cimi, Pedro Tierra, as situações mais urgentes que requerem soluções rápidas são as dos índios Tapirapé e Nambikwara.

### PROBLEMA

Pedro Tierra lembrou que o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, marcou um encontro com os índios Tapirapé, no dia 31 de agosto passado, para resolver o problema da demarcação das terras, mas não compareceu demonstrando seu desapeço com os índios e ignorando a data que ele havia marcado. Em Brasília, acrescenta, "os índios tomaram conhecimento de um decreto, publicado no Diário Oficial, que demarca as suas terras de acordo com os interesses da fazenda Tapiraguala, legalizando assim a invasão da fazenda e de mais 13 famílias de posseiros".

Resaltou que a Funai está criando, deliberadamente, uma situação de conflito à medida que ignora o texto da Constituição e o Estatuto do Índio, como também as reivindicações dos Tapirapé. Pedro Tierra acrescentou que todo o clamor dos povos indígenas será levado, agora, ao encontro de Genebra, já que estão cansados de procurar a Funai.

### DOCUMENTOS

Alguns trechos do documento do Cimi sobre os povos indígenas e a situação das suas terras no Brasil: "A questão da terra é o nó para o qual convergem todas as questões da vida e sobrevivência dos povos indígenas. Portanto, a questão da terra é também o nó de uma visão integral da questão indígena e da autodeterminação dos povos indígenas".

— Depois de 481 anos de conquista e devastação, os povos indígenas no Brasil foram de cinco ou sete milhões "reduzidos"

a 210 mil frente a uma população nacional de 118 milhões. Dos 8.551.965 km<sup>2</sup> do solo brasileiro, os índios ocupam hoje, conforme declarações do presidente da Funai, 400 mil km<sup>2</sup>. Grande parte destas áreas ocupadas é invadida por fazendas e posseiros. Como as áreas indígenas demarcadas representam menos do que um terço das áreas ocupadas pelos povos indígenas, a terra "legal" ou seja, a terra demarcada se encontra na faixa dos 12 mil km<sup>2</sup>, espalhada em parcelas pequenas e descontínuas pelo território nacional.

Em seguida, relata alguns dados históricos sobre a situação dos povos indígenas, desde o descobrimento até nossos dias, com a substituição de Serviço de Proteção do Índio pela Funai, que não vem cumprindo sua tarefa. "Atualmente, ela procura expulsar os missionários das áreas indígenas, conforme denúncia da CNBB". Depois, fala do amparo legal e da realidade ilegal, destacando que de dono da terra o índio passou a ser posseiro. Salienta ainda que, atualmente, existem cinco tipos de situações das terras indígenas no Brasil: terras demarcadas, delimitadas, redemarcadas ou redelimitadas, interditadas e terras sem qualquer providência.

O documento fala também da tutela e emancipação e dos critérios de indianidade, destacando que após o fracassado "Projeto de Emancipação" do ministro Rangel Reis, a Funai quer saber, apressadamente, quem é ainda índio e quem não é, colocando os povos indígenas numa linha de montagem de "índios isolados" ("os selvagens"), "índios em vias de integração" (os propriamente tutelados pela Funai) e "índios integrados", esses últimos representando a "tarefa cumprida" da política indigenista oficial. Os assim "integrados" deixarão de ser considerados diante da lei como índios. Os povos indígenas que até hoje não foram extintos pelo genocídio étnico serão definitivamente apagados do mapa etnográfico através da integração compulsória, pelo integracídio, que não somente prevê a extinção de uma ou outra tribo, mas a espécie "índio" como tal.

Para o Cimi, deve-se usar toda força de pressão moral - nacional e internacional - contra a política etnocida oficial e seus executores, que usurparam atitudes do Príncipe no território indígena, acumulando os poderes de tutores, advogados, juizes, registradores internos e polícia. Enfatiza que a situação das terras indígenas no Brasil inteiro é dramática. Não foi o acaso, foram opções políticas e econômicas que criaram essa situação que se está acelerando e agravando nos últimos 10 anos.